

AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO

ENGENHARIA CIVIL

PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **1 (uma)** peça técnica e **4 (quatro)** questões subjetivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.

A peça técnica deverá ser respondida em até **60 (sessenta)** linhas e cada questão subjetiva, em até **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização e usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Nas folhas de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado nas folhas de textos definitivos.
- Confira o cargo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cargo diferente do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das folhas de textos definitivos é de sua responsabilidade e **não** será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

PEÇA TÉCNICA

O Órgão Central de Controle Interno do Município Alfa identificou possíveis irregularidades em contratação realizada pela Secretaria de Segurança Pública, no bojo do Pregão Eletrônico nº XX/2026, encaminhando representação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina com os indícios dessas irregularidades de forma fundamentada. Autuada a representação, os autos foram encaminhados à unidade técnica responsável do TCE-SC, que identificou possíveis irregularidades em referido pregão, destinado à contratação de empresa especializada para implantação e operação de sistema de videomonitoramento urbano, com valor estimado de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais).

Em sede de análise, a unidade técnica verificou os seguintes indícios de irregularidade, também apontados pelo órgão de controle interno:

- I. o edital exigiu que as licitantes possuíssem sede operacional instalada no Estado de Santa Catarina como condição para participação no certame;
- II. o edital exigiu a prestação de garantia da proposta correspondente a 1% do valor estimado da contratação, configurando restrição indevida à competitividade;
- III. o edital vedou a participação de empresas reunidas em consórcio, sem apresentar justificativa técnica para essa restrição;
- IV. o Estudo Técnico Preliminar não analisou a possibilidade de parcelamento do objeto nem apresentou justificativa para sua contratação em lote único.

Ademais, constava, na documentação encaminhada em referida representação, resposta do jurisdicionado acerca dos questionamentos realizados na ocasião pelo Órgão de Controle Interno, tendo sido informados, pela Secretaria de Segurança Pública jurisdicionada, que:

- as exigências editalícias de sede operacional instalada no Estado de SC buscaram garantir maior segurança na execução contratual;
- a prestação de garantia da proposta protege a municipalidade e possui respaldo em lei;
- a vedação à participação de consórcios teve por finalidade facilitar a fiscalização da futura contratação;
- não houve qualquer prejuízo ao erário pelo não parcelamento do objeto, pois a licitação ainda se encontra em fase externa, e o contrato não foi celebrado.

Na qualidade de Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, elabore manifestação (dispensada a forma), devidamente fundamentada, a respeito dos seguintes pontos:

- A) competência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para análise e julgamento da questão;**
- B) justificativas apresentadas pelo jurisdicionado, indicando quais argumentos merecem acolhimento e quais não afastam as irregularidades constatadas;**
- C) conclusão acerca da existência (ou não) de elementos suficientes para atuação do controle externo;**
- D) proposta de encaminhamento ao Conselheiro Relator, indicando as providências que entende cabíveis, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE-SC.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

RASCUNHO

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

QUESTÃO SUBJETIVA 1

João, residente no Município catarinense Alfa, encaminhou ao TCE-SC denúncia de irregularidades na execução de contrato firmado entre a Secretaria de Obras daquele Município e a empresa “Faz Tudo Ltda.”. A denúncia apresentava omissões e lacunas que geraram dúvidas na análise dos fatos denunciados, e que deveriam ser superadas para subsidiar sua análise e instrução.

Para suprir omissões e lacunas e sanar as dúvidas, a unidade de auditoria competente do TCE-SC instaurou um procedimento de fiscalização, colhendo as informações e os documentos pendentes. Para tanto, requereu a planilha de custos integrante do termo de referência e colheu fotografias no local de execução da obra.

Ato contínuo, ao analisar o conteúdo da documentação, a unidade de auditoria concluiu que as irregularidades apontadas procediam, e que havia possíveis danos ao erário, de significativo montante não apurado e quantificado nos autos da denúncia.

Para apurar esses atos, foi instaurado um novo procedimento de fiscalização com a finalidade de apurar a legalidade, a economicidade e a eficiência na execução do contrato e, nesse procedimento, confirmou-se o dano ao erário, sendo identificados os respectivos responsáveis.

Considerando as informações narradas na situação hipotética e as normas de auditoria aplicáveis ao TCE-SC, responda, justificadamente, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Identifique o instrumento de fiscalização adequado para suprir as omissões e lacunas e sanar as dúvidas identificadas no processo de denúncia; indique também quais foram as técnicas de auditoria utilizadas pela equipe de auditoria.**
- B) Identifique o instrumento de fiscalização utilizado para apurar os atos danosos ao erário.**
- C) Para a apuração dos fatos danosos e o registro dos elementos de responsabilização dos envolvidos, indique o papel de trabalho que deve ser utilizado pela equipe de auditoria e apresente os elementos constitutivos desse papel de trabalho.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO SUBJETIVA 2

Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, foram identificadas irregularidades na execução de contrato administrativo celebrado por determinado Município, consistentes em sobrepreço, pagamento por serviços não executados e ausência de comprovação de parte das despesas realizadas.

Ao final da instrução, a unidade técnica concluiu pela existência de dano ao erário e propôs a instauração de Tomada de Contas Especial.

Após o julgamento, o Tribunal proferiu decisão pela imputação de débito ao gestor e aplicação de multa.

Inconformado, o responsável pretende impugnar a decisão.

Com base nas disposições da Constituição Federal, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 (Lei Orgânica do TCE-SC) e na Resolução N. TC – 06/2021 (Regimento Interno do TCE-SC), responda, de forma fundamentada, em até 30 (trinta) linhas, aos itens a seguir.

- A) Explique a finalidade da Tomada de Contas Especial e indique em quais situações ela é cabível.**
- B) Indique quais decisões poderão ser proferidas pelo TCE-SC ao apreciar uma Tomada de Contas Especial.**
- C) Indique quais recursos poderão ser interpostos contra as decisões do TCE-SC, especificando seus respectivos efeitos.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO SUBJETIVA 3

Durante a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas no contrato de duplicação de rodovia estadual, a equipe técnica analisou a documentação encaminhada pelo órgão contratante, após a solicitação de aditivo de prazo apresentada pela empresa executora.

Segundo o relatório de fiscalização, a obra foi contratada por prazo de 18 meses, e encontra-se no sexto mês de execução. O cronograma físico-financeiro atualizado e os boletins de medição apresentam os seguintes resultados:

Indicador	Previsto	Executado
Execução física acumulada	60%	42%
Execução financeira acumulada	58%	55%

A análise preliminar também identificou as seguintes informações:

- as atividades de terraplenagem e drenagem profunda integram o caminho crítico do cronograma;
- parte das áreas destinadas à implantação da plataforma ainda não havia sido desapropriada quando foi emitida a ordem de serviço;
- a contratada solicitou prorrogação do prazo contratual e reequilíbrio econômico-financeiro, alegando aumento dos custos indiretos decorrentes da paralisação parcial das frentes de trabalho;
- o órgão contratante informou que a Curva S demonstra execução financeira próxima da prevista e, por essa razão, entende não haver atraso relevante na obra.

Com base nessa situação, responda, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Calcule o desvio percentual entre a execução física prevista e a efetivamente realizada.
- B) Explique por que a análise conjunta do cronograma físico-financeiro, da Curva S e do caminho crítico fornece informações mais consistentes do que a avaliação isolada da execução financeira.
- C) Na condição de Auditor Fiscal de Controle Externo, analise se os elementos apresentados são suficientes para justificar a celebração do aditivo pretendido. Em sua resposta, indique quais verificações técnicas e documentais ainda deveriam ser realizadas antes da conclusão da auditoria.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

QUESTÃO SUBJETIVA 4

Em auditoria sobre a implantação de um sistema de abastecimento de água, a equipe técnica de um Tribunal de Contas examinou o projeto de captação superficial em um rio cuja bacia hidrográfica possui área de 20 km². O empreendimento compreende uma estrutura de captação, uma estação elevatória, uma adutora de água bruta e um reservatório destinado à regularização da oferta.

Para uma precipitação de projeto, de duração compatível com o tempo de concentração da bacia, foram adotados os seguintes valores médios:

Componente do balanço hídrico	Lâmina
Precipitação total	80 mm
Interceptação pela vegetação	5 mm
Infiltração no solo	25 mm
Evapotranspiração	2 mm
Acréscimo do armazenamento superficial e subterrâneo	8 mm

Durante a execução, verificaram-se expansão urbana e aumento da impermeabilização na bacia, além de maior deposição de sedimentos junto à captação. A contratada solicitou a alteração do projeto e o acréscimo do valor contratual, sob a alegação de que as novas condições elevaram as vazões de cheia e reduziram a capacidade operacional da captação.

Com base nessa situação, responda, em até 30 (trinta) linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Admitindo que os valores fornecidos representem integralmente o balanço hídrico do evento, determine, apresentando os cálculos:
- A₁) a lâmina de escoamento superficial direto;
 - A₂) o volume correspondente de escoamento superficial produzido na bacia.
- B) Explique como o aumento da impermeabilização pode alterar o hidrograma de cheia da bacia, e descreva a finalidade do hidrograma unitário na estimativa das vazões resultantes de uma precipitação efetiva.
- C) Na condição de auditor do Tribunal de Contas, analise se os elementos apresentados são suficientes para justificar a alteração do projeto e o acréscimo contratual. Indique as principais verificações técnicas e documentais necessárias, considerando os efeitos hidrológicos, o transporte de sedimentos e a operação do sistema de abastecimento de água.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

